

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 025/33/243	FL Nº 113
Divisão: PAM	
Mat.:	Visto:

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

**PROCESSO Nº 17347/2005/001/2005**

**AUTUADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA**

**REFERÊNCIA: Recurso à CNR/COPAM**

### **PARECER JURÍDICO**

#### **RELATÓRIO**

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer uma infração tipificada no art. 19, §3º, item 6 do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, ou seja, por *"causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto - lixão"*.

Em razão da autuação foi aplicada a penalidade de multa no valor de R\$10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração. Pelo descumprimento do TAC firmado foi aplicada a multa diária perfazendo o valor de R\$9.000,00.

A recorrente firmou TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 289/2009.

Inconformada com a decisão de manutenção da multa, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- o TAC foi firmado e não cumprido pelo ex-prefeito, pessoa que deveria ser acionada para o pagamento da multa, ao invés de penalizar o Município ;
- que tramitava um processo manejado pelo ministério público Estadual relativo exatamente ao caso do lixão que existia em Itaguara e que deu origem ao TAC;
- o referido processo foi arquivado em decorrência do encerramento definitivo do local destinado ao lixão;
- a origem do processo está resolvido e espera a reconsideração das multas visto não haver motivo para a penalização do Município.

#### **DA ANÁLISE JURÍDICA**

Do ponto de vista jurídico, o Município não apresentou nenhum fato ou argumento capaz de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão de multa e da incidência de multa decorrente do descumprimento do termo firmado.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 25/05/2005, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 289/2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e do descumprimento do TAC, firmado pelo Município.

Com relação a alegação do Município de que não trata mais seus resíduos sólidos e que a área deverá ser elaborado um projeto de recuperação, conforme sentença anexa aos autos, só comprova a situação irregular da área fiscalizada da destinação final de resíduos sólidos urbanos e do descumprimento do termo ao não recuperar a referida área.

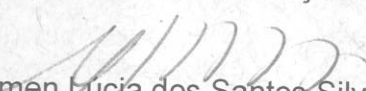
Consta dos autos a notificação do descumprimento do termo e a incidência da multa diária aplicada ao Município.

### CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão anterior, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com a conseqüente manutenção da multa aplicada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer. s,m,j.

Belo Horizonte, 18 de março de 2013

  
Carmen Lucia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9